

INTEGRALIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE: EXPERIÊNCIAS DE UMA EXTENSÃO POPULAR ANTIMANICOMIAL

SOUZA [1], Anna Cristina Gonçalves de¹
Centro de Ciências Jurídicas / Departamento de Ciências Jurídicas/ PROBEX 2013
SANTOS [2], Camila Winny Gomes²
Centro de Ciências Jurídicas / Departamento de Ciências Jurídicas/ PROBEX 2013
XAVIER [3], Isadora Silveira³
Centro de Ciências da Saúde / Departamento de Enfermagem Médico-Cirúrgica/
PROBEX 2013
CORREIA [4], Ludmila Cerqueira⁴
Centro de Ciências Jurídicas / Departamento de Ciências Jurídicas/ PROBEX 2013

RESUMO

O projeto de extensão “Cidadania e Direitos Humanos: educação jurídica popular no Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira”, também conhecido como “Loucura e Cidadania”, reconhecido enquanto extensão universitária popular procura estimular dialogicamente a troca de saberes científico e popular, na tentativa da emancipação dos sujeitos, neste caso os (as) usuários (as) do Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira (CPJM). Realiza-se a partir de uma prática voltada à percepção do sujeito na sua integralidade, a fim de que o mesmo seja tratado em sua totalidade social, pessoal e psicológica. Essa percepção encontra ênfase por meio de uma diversidade de áreas acadêmicas que compõem a extensão, logo, proporciona uma maior percepção dos sujeitos, uma vez que, através da interdisciplinaridade, é possível um diálogo mais significativo e dialético.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão universitária popular, integralidade, interdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

O projeto de extensão “Cidadania e Direitos Humanos: Educação Jurídica Popular no Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira (CPJM)” foi criado em 2012 e promove atividades de formação em cidadania e direitos humanos com usuários, familiares e profissionais do Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira (CPJM), localizado no município de João Pessoa - PB. O projeto, também chamado de “Loucura e

¹ Universidade Federal da Paraíba, discente colaborador, annacristinagdes@gmail.com

² Universidade Federal da Paraíba, discente colaborador, camilawinny@gmail.com

³ Universidade Federal da Paraíba, discente bolsista, isadorasilxavier@gmail.com

⁴ Universidade Federal da Paraíba, professora orientadora, ludcorreia@gmail.com

Cidadania”, atualmente, conta com a participação de dezessete estudantes da Universidade Federal da Paraíba, dos cursos de Direito, Psicologia, Serviço Social e Enfermagem, com a colaboração de uma Terapeuta Ocupacional, além da professora coordenadora do projeto. Esse projeto está vinculado ao Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (CRDH/UFPB) que desenvolve projetos de pesquisa e extensão desde o ano de 2010, agregando temáticas como a mediação de conflitos, a assessoria jurídica popular e o apoio psicossocial, funcionando como espaço de promoção e defesa dos direitos humanos.

Esse trabalho tem como objetivo demonstrar a importância de trabalhar com os conceitos de integralidade e interdisciplinaridade em um projeto de extensão popular antimanicomial e descrever como eles orientam nas atividades na perspectiva da Educação Jurídica Popular, no âmbito dos Direitos Humanos. A participação de diferentes áreas do conhecimento em tais atividades garante uma diversidade de conteúdos, além da produção de resultados de maior relevância à sociedade.

A interdisciplinaridade do projeto orienta a execução de oficinas no CPJM, em que se buscou desenvolver atividades voltadas a esses sujeitos socialmente vulneráveis (pessoas em sofrimento mental), com a perspectiva da afirmação de sua condição de sujeitos de direitos, a partir de diferentes realidades.

Assim, com a finalidade de promover o acesso dos usuários do referido Complexo aos direitos que os mesmos possuem, visando o seu empoderamento e estimulando-os a transformar a realidade em que vivem, por meio da troca de saberes e experiências entre os usuários e profissionais da instituição e os(as) estudantes. Ocorre através de encontros com debates horizontais, que legitimam e valorizam o saber de cada participante. A interdisciplinaridade presente nas atividades, contando com o saber das diversas áreas supracitadas, garante um espaço dinâmico e repleto de temáticas que promovem ricas/ significativas discussões entre participantes e extensionistas.

DESENVOLVIMENTO

A extensão universitária popular propõe uma relação dialética entre teoria e prática, ou seja, o conhecimento acadêmico sendo praticado correlacionado à comunidade, na busca de romper as barreiras de uma academia introspectiva, a fim de que o saber ali produzido possa ser conectado às experiências e saberes dos diversos grupos que compõem a sociedade. Compreendendo que o saber popular é tão

importante quanto o conhecimento científico, a troca de saberes ocorre de modo horizontal, onde o grupo com o qual se trabalha não se torna recipiente de conhecimentos, mas sujeitos ativos nessa relação (MELO NETO, 2005).

Por meio de práticas dialógicas e de um fazer extensionista crítico, o projeto de extensão “Cidadania e Direitos Humanos: educação jurídica popular no Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira (CPJM)” pretende contribuir para o empoderamento e a emancipação dos sujeitos internados naquele Complexo Psiquiátrico. Trabalhando na perspectiva da garantia dos direitos humanos de pessoas em sofrimento mental e do fortalecimento da autonomia destas, tal projeto pode ser considerado uma extensão popular antimanicomial. Dessa forma, assimila os princípios da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica, dentre eles, os da integralidade, que “permite uma identificação dos sujeitos como totalidades” (MACHADO, 2007, p. 336), e da interdisciplinaridade, norteadores das ações dos serviços substitutivos da Rede de Atenção Psicossocial, e fundamentais para concretização da “desinstitucionalização” do cuidado em Saúde mental (BRASIL, 1990).

A desinstitucionalização “é, acima de tudo, um processo ético, de reconhecimento de uma prática que introduz novos sujeitos de direito e novos direitos para os sujeitos” (AMARANTE, 1995, p. 493), uma vez que se baseia na ideia de “tratar o sujeito em sua existência e em relação com suas condições concretas de vida” (AMARANTE, 1995, p. 493). Nesse sentido, a interdisciplinaridade configura-se como uma estratégia para alcançar efetivamente esse objetivo da luta antimanicomial, pois representa um rompimento com a “fragmentação do cuidado, a centralidade médica da tomada de decisão e a hegemonia do saber psiquiátrico sobre o cuidado dos usuários” (SCHNEIDER et al, 2009, p. 398).

Na execução das oficinas no CPJM, a interdisciplinaridade e integralidade foram importantes componentes na concepção e desenvolvimento destas, desde a troca de ideias entre os (as) extensionistas, e participação ativa dos (as) profissionais da instituição, até a utilização de técnicas como a do “Teatro do oprimido”, artes plásticas, dentre outras, sempre com o intuito de “integrar conhecimentos e instaurar um campo de saber múltiplo, pluralista e heterogêneo” (SCHNEIDER et al, 2009, p. 400).

Por fim, é importante destacar que a extensão universitária que atua de forma interdisciplinar e integral oportuniza aos extensionistas vivenciarem o trabalho em equipe, possibilitando o desenvolvimento de um olhar holístico em relação ao sujeito que não é estimulado dentro da universidade, uma vez que “a formação profissional,

especialmente em nível de graduação, ainda vem ocorrendo de maneira isolada, dentro da especificidade profissional, sem preparar os profissionais para o trabalho interdisciplinar” (SCHNEIDER, 2009, p. 400).

Essa práxis extensionista é realizada ao perceber o indivíduo como um ser total, compreendendo-o “como sujeito histórico, social e político, articulado ao seu contexto familiar, ao meio ambiente e a sociedade na qual se insere” (MACHADO et al, 2007), podendo atuar de maneira ativa nas relações vivenciadas nos diversos espaços da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fazer extensionista crítico aliado à integralidade e à interdisciplinaridade contribuem para a emancipação e empoderamento das pessoas em estado de sofrimento mental. Nesse sentido, a extensão popular antimanicomial “Loucura e Cidadania” constrói e desenvolve suas ações de forma integral e interdisciplinar, possibilitando a troca de saberes científicos e populares de forma horizontal.

A interdisciplinaridade, bastante utilizada na realização das oficinas do projeto no CPJM, apresenta-se como importante estratégia na consolidação da “desinstitucionalização” do cuidado à pessoa com sofrimento psíquico, que apenas será efetivo com o reconhecimento desse sujeito como ser integral.

Considerando que a formação acadêmica ainda acontece de forma fragmentada, o enfoque interdisciplinar e a reflexão crítica presentes nas práticas extensionistas oportunizam o trabalho em equipe e a construção de um saber comprometido com a realidade, voltado para a transformação social, refletindo também na forma de atuação desses estudantes dentro da própria universidade.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. Novos Sujeitos, Novos Direitos: O Debate em Torno da Reforma Psiquiátrica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 491-494, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v11n3/v11n3a11.pdf>>. Acesso em: 26 de out. 2013.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Lei nº 8080/90**. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília – DF, 19 de setembro de 1990.

MACHADO, M. F. A. S. et al. **Integralidade, formação de saúde, educação em saúde e as propostas do SUS:** uma revisão conceitual. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, Apr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-1232007000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 de out.2013.

MELO NETO, J. F. **Extensão Popular.** João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2006.

SCHNEIDER, J. F. et al. Concepção de uma equipe de saúde mental sobre interdisciplinaridade. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v.30, n.3, 397-405, 2009.